

# Caderno de Propostas

# **Eleições**

# **Presidenciais**

AEICBAS 2025/2026



**AEICBAS**

Associação de Estudantes do Instituto  
de Ciências Biomédicas Abel Salazar

# Caderno de Propostas

## Eleições Presidenciais



## ÍNDICE

Notas Introdutórias	3
Preâmbulo	4
Habitação	7
Saúde e Bem-estar	8
Educação e Formação	9
Empregabilidade e Mercado de Trabalho	11

## Notas Introdutórias

O presente documento, proposto pela Direção da AEICBAS e aprovado em Assembleia Geral no dia 25 de novembro de 2025, dota a Direção da AEICBAS com a responsabilidade e o fundamento representativo para fazer chegar a voz dos mais de 4500 estudantes do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (ICBAS) aos candidatos à Presidência da República Portuguesa para o quinquénio 2026-2031.

A Associação de Estudantes do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (AEICBAS), com 39 anos de história, não se consubstancia em ser meramente uma Associação de Estudantes. Desde os primórdios da sua fundação, e fazendo jus à sua casa-mãe, o ICBAS, desafia o status quo e edifica-se como um verdadeiro farol de inovação e excelência.

No coração da AEICBAS vive o espírito de Biomédicas – um espírito de ousadia, entreajuda, resiliência e irreverência, que encoraja cada estudante a ser muito mais do que a soma das suas disciplinas. Lutamos por uma formação que vai além do conhecimento académico. Defendemos uma visão holística e multidisciplinar, que promova o desenvolvimento integral dos estudantes enquanto agentes ativos na sociedade.

Cada projeto, cada iniciativa e cada ideia que apoiamos reflete o nosso compromisso com uma comunidade que não só desafia o presente, mas também molda um futuro mais eficaz, justo e consciente.

O ICBAS é uma unidade orgânica da Universidade do Porto (U.Porto) com estrutura de escola universitária e centro de ensino, investigação científica, cultural e prestação de serviços à comunidade.

As formações do ICBAS privilegiam a preparação para o exercício profissional da medicina humana, da medicina veterinária, das ciências do meio aquático, da

# Caderno de Propostas

## Eleições Presidenciais

bioquímica, da bioengenharia e da bioinformática, e oferecem especializações de Mestrado e Doutoramento nessas áreas e em outras relacionadas.

O ICBAS possui ainda duas unidades de investigação sediadas no seu espaço base: a Unidade Multidisciplinar de Investigação em Biomedicina (UMIB) e o MedInUP (Centro de Investigação Farmacológica e de Inovação Medicamentosa), e colabora com importantes instituições de investigação associadas da U.Porto.

Recentemente, o ICBAS assumiu, como inspiração central da sua intervenção na ciência e na comunidade, o conceito Uma Saúde (One Health), que decorre da interligação inequívoca entre a saúde humana, animal e ambiental. Este modelo corresponde à continuação das ideias e valores dos seus fundadores que, já em 1975, conseguiram criar uma Escola multidisciplinar com uma forte ligação ao exterior, neste aspeto pioneira em Portugal.

## Preâmbulo

Portugal atravessa um momento de complexidade ímpar, marcado por um cenário de incerteza global e fragilidade interna. A sucessão de atos eleitorais antecipados, a fragmentação partidária e a dificuldade em gerar maiorias governativas duradouras criaram um clima de tensão política que, não raras vezes, paralisa reformas estruturais e adia decisões críticas. A esta tempestade interna somam-se as ondas de choque internacionais como guerras na Europa e no Mundo, crises energéticas e inflacionárias, que trazem desafios acrescidos de segurança e economia. É neste contexto de instabilidade que decorrem as presentes Eleições Presidenciais, exigindo um rumo claro e lideranças capazes de privilegiar o interesse nacional sobre a tática eleitoral de curto prazo.

Dentro deste cenário macroeconómico e político, desenha-se uma crise silenciosa mas profunda: o Inverno Demográfico. O índice de envelhecimento aumenta consecutivamente, enquanto a proporção de jovens diminui, invertendo a

# Caderno de Propostas

## Eleições Presidenciais

pirâmide social. Esta realidade coloca sobre os ombros das novas gerações uma pressão inédita: a de sustentar um Estado Social cada vez mais pesado, num contexto de precariedade laboral e baixos salários. Hoje, o principal desafio da nossa geração já não é apenas ter formação, mas conseguir construir um projeto de vida autónomo em território nacional, face a um custo de vida crescente e desfasado dos rendimentos iniciais.

A este quadro de dificuldade material soma-se um complexo desafio de envolvimento cívico. Os jovens não estão alheados dos valores fundamentais; pelo contrário, dados do Barómetro Future (Merck) indicam que 83 por cento defendem que deveriam ter um papel maior nas decisões que afetam o seu futuro. Contudo, existe um ceticismo crescente sobre a capacidade das atuais estruturas políticas responderem a estes anseios, com 56 por cento dos jovens a acreditar que a sua voz não está adequadamente refletida nos debates políticos e sociais. Faltam canais que traduzam essa vontade em impacto real, gerando frustração e afastamento, não por desinteresse, mas por falta de eficácia democrática.

Este afastamento materializa-se num fenómeno estrutural e preocupante: a abstenção. Estudos nacionais da Fundação Francisco Manuel dos Santos corroboram que a abstenção jovem não é fruto de mero desinteresse, mas sim de lacunas na literacia democrática e de um sistema de ensino que falha na transmissão de competências de responsabilidade cívica. Gerações inteiras, embora instruídas, desconhecem o funcionamento prático das instituições. Esta iliteracia, aliada a barreiras físicas como a falta de voto antecipado desburocratizado para estudantes deslocados, alimenta um sentimento de ineficácia política. É sintomático que as Eleições Presidenciais, apesar da forte personalização das campanhas, registem frequentemente taxas de abstenção superiores às das Legislativas, sinalizando que a figura do Chefe de Estado é, por vezes, percecionada como distante da resolução imediata dos problemas concretos da vida dos cidadãos.

# Caderno de Propostas

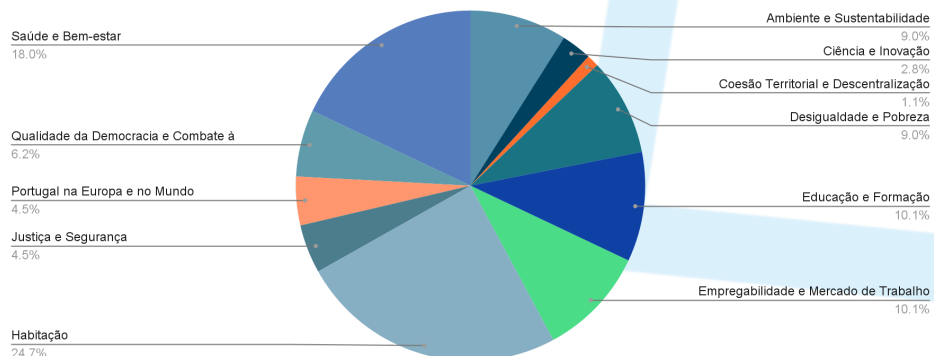
## Eleições Presidenciais

Da conjugação destes fatores resulta uma realidade clara: ser jovem em Portugal hoje personifica-se no facto de sermos a primeira geração que vive pior que a anterior. A demografia pesa contra nós, a economia afasta-nos e a política nem sempre nos considera. A AEICBAS e os estudantes do ICBAS recusam a resignação perante este diagnóstico. Temos consciência de que o Presidente da República não governa nem legisla sobre orçamentos, mas desempenha um papel determinante na orientação institucional do país. O Chefe de Estado detém o poder da Magistratura de Influência; é uma referência de equilíbrio e a voz que pode recolocar temas essenciais na agenda pública quando tendem a perder espaço no debate nacional.

Ao futuro Presidente da República apresentamos expectativas claras: avaliar de forma crítica e ponderada qualquer iniciativa legislativa com impacto no futuro da juventude; que coloque a sua autoridade moral ao serviço de consensos de regime vitais em áreas como a Saúde, Educação e Justiça, entre outras; e que seja o promotor ativo da estabilidade. Não a estabilidade da estagnação, mas a estabilidade necessária para que as reformas estruturais possam nortear o futuro do nosso país.

Com este enquadramento e depois de ouvir a nossa comunidade, apresentamos as prioridades dos estudantes do ICBAS para o próximo mandato presidencial, seguidas de propostas concretas nos temas que identificámos como essenciais.

Na tua opinião, quais devem ser as três principais prioridades para o próximo mandato Presidencial?



## Habitação

A crise na habitação é, hoje, o maior travão à emancipação jovem e ao acesso ao Ensino Superior. A escassez de oferta, aliada à especulação imobiliária nos grandes centros urbanos como o Porto, tornou o arrendamento incomportável. O Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) tarda em ter execução plena, deixando milhares de estudantes deslocados à mercê de um mercado agressivo.

- **Magistratura de Influência na Execução do PNAES e no Aumento da Oferta Acessível:**

- Exercer uma pressão constante para a célere concretização das residências universitárias, transformando as visitas presidenciais a obras paradas ou projetos modelo num instrumento de fiscalização pública. O Presidente deve estimular ativamente a criação de "Triângulos de Cooperação" (Estado-Universidades-Autarquias), promovendo modelos inovadores de alojamento estudantil que não dependam exclusivamente da administração central.
- Atuar como catalisador de um consenso alargado sobre estratégias que visam a dinamização do mercado e o aumento do parque habitacional, defendendo que o aumento da oferta acessível é um desígnio de regime que exige a colaboração entre Estado, autarquias e setor privado.
  - Exercer uma magistratura de alerta, solicitando relatórios regulares, garantindo que as medidas anunciadas se traduzem efetivamente no aumento da oferta acessível.

- **Fiscalização de Leis de Habitação:**

- Exercer uma fiscalização preventiva rigorosa sobre diplomas que afetem o mercado de arrendamento, garantindo que estes não ferem o direito constitucional à habitação nem desincentivam o investimento no reforço do parque habitacional.

- Reforçar o escrutínio sobre legislação que, direta ou indiretamente, potencie o mercado paralelo de arrendamento, exigindo mecanismos que tragam transparência e permitam um planeamento de mercado acessível e estruturado, vital para a segurança e estabilidade dos estudantes deslocados.

## Saúde e Bem-estar

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) atravessa uma crise sem precedentes, marcada por uma carência crónica de gestão de recursos humanos. Para os estudantes do ICBAS, esta realidade é duplamente alarmante: somos afetados enquanto utentes e, sobretudo, enquanto futuros profissionais que observam com apreensão a degradação dos locais de ensino. A perda de qualidade nos serviços compromete a sua idoneidade formativa do ensino clínico, alimentando um ciclo vicioso que hipoteca a regeneração do próprio sistema.

Paralelamente, enfrentamos desafios que transcendem a visão hospitalar tradicional e ultrapassam fronteiras. Por um lado, uma "epidemia silenciosa" de Saúde Mental que alastra entre os jovens sem resposta pública capaz. Por outro, a emergência de ameaças globais que exigem uma abordagem *One Health* (Uma Saúde): a compreensão de que a saúde humana, animal e ambiental são indissociáveis. A sustentabilidade do nosso futuro depende de integrarmos estas três dimensões na prevenção de pandemias e na mitigação das alterações climáticas.

- **Promotor de um Pacto de Regime para a Saúde:** Utilizar o seu peso institucional para pressionar os partidos do arco da governação a firmarem um compromisso de longo prazo para a sustentabilidade do SNS, que sobreviva a ciclos eleitorais, consagrando uma visão duradoura que permita o cumprimento pleno do direito constitucional à saúde.



- **Liderança Diplomática na Saúde Mental e Ciência:** Potenciar as funções de representação externa do Presidente da República para posicionar Portugal como um *hub* de referência internacional na Saúde e na Ciência, angariando influência diplomática para liderar a criação de uma Rede Europeia de Centros de Referência para a Saúde Mental. O Presidente deve utilizar as cimeiras internacionais para defender que só uma resposta integrada europeia permite a partilha de dados clínicos robustos (*Big data* que permita a medicina de precisão neste sentido) e o acesso a financiamento comunitário de larga escala, essenciais para enfrentar esta crise.
- **Defesa Estratégica do Conceito *One Health*:** Assumir a visão integrada de "Uma Saúde" (humana, animal e ambiental) não apenas como conceito teórico, mas como pilar de segurança nacional e prevenção primária. Nas suas intervenções sobre saúde pública e alterações climáticas, o Chefe de Estado deve promover esta abordagem holística como a via mais eficaz para prevenir futuras crises de saúde pública, colocando Portugal na vanguarda desta mudança de paradigma.

## Educação e Formação

A Educação enfrenta desafios de financiamento crónico e de adaptação aos novos tempos. A desinformação e os extremismos ameaçam a democracia, e a escola/universidade é a primeira linha de defesa. No entanto, o elevador social, que devia ser o ensino, está sistematicamente a ficar aquém do seu desígnio: a origem socioeconómica continua a ditar demasiado o sucesso académico.

- **Combate à Desinformação e Literacia Democrática:** Liderar, enquanto garante da Constituição e da Democracia, um movimento nacional pela literacia democrática e digital. Num ambiente profundamente influenciado por redes sociais e algoritmos que polarizam a opinião pública, é imperativo promover programas de educação mediática e práticas digitais

# Caderno de Propostas

## Eleições Presidenciais

responsáveis, reforçando a capacidade crítica e competências que permitam aos jovens reconhecer conteúdos falsos, manipulações e discursos populistas.

- **Valorização Política da Juventude:** Assumir a Juventude como desígnio de soberania em duas frentes:
  - **Internamente:** Exercer a sua influência na formação de Governos para garantir que a pasta da Juventude e Ensino Superior tem dignidade ministerial plena, não sendo secundarizada em secretarias de Estado.
  - **Externamente:** Liderar diplomaticamente a exigência de uma Vice-Presidência da Comissão Europeia dedicada exclusivamente às novas gerações. A atual estrutura, que dilui a Juventude numa Vice-Presidência de "Competências e Preparação", encerra uma visão reducionista que trata os jovens principalmente como ativos laborais. Portugal deve defender uma Vice-Presidência que tutele a Juventude de forma holística, integrando a Habitação, a Saúde Mental e a Participação Democrática, entre outros.
- **Qualificação como Desígnio Nacional:** Assumir o compromisso político de convocar uma reunião do Conselho de Estado dedicada exclusivamente ao tema 'Juventude, Retenção de Talento e Futuro do Ensino Superior', elevando o debate a desígnio nacional estratégico.
  - Promover a meta de 50% de diplomados (30-34 anos) até 2030 e aumento de participação em formação contínua não como estatística, mas como desígnio de soberania, alertando que um país sem conhecimento é um país dependente.

## Empregabilidade e Mercado de Trabalho

Portugal encontra-se perante um desafio geracional sem precedentes. A "geração mais qualificada de sempre" é também aquela que enfrenta as maiores barreiras à autonomia. Entre 2011 e 2021, cerca de 200 mil jovens emigraram, o que representa uma **perda estimada de 18 mil milhões de euros em investimento público** na sua formação. Este êxodo não é uma fatalidade, mas sim o resultado de um mercado de trabalho marcado pela precariedade e por salários que, em média, são 36% inferiores aos dos nossos pares europeus.

Simultaneamente, persiste uma bolsa de jovens que não estudam nem trabalham (NEET), presos num ciclo de desmotivação e falta de oportunidades dignas.

- **Compromisso contra a Emigração Forçada:** Exigir que o Governo defina uma meta concreta e mensurável para a redução da "fuga de cérebros" até ao final da legislatura, monitorizando anualmente os resultados.
- **Veto Político à Precariedade e à Desvalorização Salarial:** Exercer o veto político sobre qualquer legislação laboral que não garanta, de forma inequívoca, a qualidade do emprego. O Presidente deve exercer pressão política para que as medidas de incentivo à contratação jovem não se limitem a isenções fiscais temporárias, mas exijam do governo e das empresas compromissos de estabilidade contratual e progressão salarial efetiva. Deve, nesse sentido, combater firmemente a tendência de substituição de salários dignos por remunerações acessórias ou benefícios não pecuniários, não invalidando a valorização destas quando acompanhadas dos restantes pressupostos referidos.
- **Redução Jovens NEET:** Instar à criação de task-forces interministeriais focadas exclusivamente em baixar para menos de 5% o número de jovens NEET, através de políticas ativas de segunda oportunidade.